

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

INTERSECÇÕES ENTRE CIÊNCIA, GÊNERO E EDUCAÇÃO NOS GTS DOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE SOCIOLOGIA (2003-2021)

Edina da Silva Ferreira, Silvana Maria Bitencourt, Lusiene Araújo da Conceição

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10436>

Submetido em: 2024-11-11

Postado em: 2024-11-22 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

INTERSECÇÕES ENTRE CIÊNCIA, GÊNERO E EDUCAÇÃO NOS GTS DOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE SOCIOLOGIA (2003-2021)

EDINA DA SILVA FERREIRA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2494-9531>
<sedina188@gmail.com>

SILVANA MARIA BITENCOURT²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3183-373X>.
<silvanasocipufmt@gmail.com>

LUSIENE ARAÚJO DA CONCEIÇÃO²

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5631-3898>
lubyth@gmail.com.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, Mato Grosso (MT), Brasil.

² Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, Mato Grosso (MT), Brasil.

³ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil.

RESUMO: Este artigo investiga as intersecções entre ciência, gênero e educação, analisando como as desigualdades de gênero se manifestam nos espaços de discussão acadêmica, possuindo como foco central os trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Sociologia realizados durante os anos de 2003 a 2021. A metodologia empregada foi a bibliometria, usando como recorte a seleção de grupos de trabalhos com o descritor “gênero” e/ou “feminismo” em sua chamada, do período de 2003 a 2021. Após a seleção dos trabalhos por título e resumo, excluíram-se os que não apresentaram os trabalhos completos, desse modo, buscou-se analisar quais têm sido os temas pesquisados pelos/as pesquisadores/as nestes Grupos de Trabalhos, qual a expressividade de estudos focados na relação educação, ciência, e gênero, e a inserção dos feminismos negros nesta produção. Os artigos foram selecionados a partir de recortes temáticos que compreendem a interrelação entre educação, ciência e gênero. Os resultados indicaram que existem desigualdades de gênero nos espaços de discussão acadêmica, resultando em uma sub-representação feminina em campos como engenharia e física; uma dificuldade de utilizar metodologias mistas, tendo como centralidade a tradicional maneira de produzir ciência aos moldes androcêntricos e ainda uma necessidade de introduzir debates sobre a presença de mulheres em diversos campos de poder/saber.

Palavras-chaves: feminismos, ciência, educação, gênero.

INTERSECTIONS BETWEEN SCIENCE, GENDER AND EDUCATION IN THE GTS OF BRAZILIAN SOCIOLOGY CONFERENCES (2003-2021)

ABSTRACT: This article investigates the intersections between science, gender and education, analyzing how gender inequalities manifest themselves in academic discussion spaces, with the central focus being the works presented at the Brazilian Sociology Congresses held between 2003 and 2021. The methodology used was bibliometrics, using as a selection the selection of groups of works with the descriptor “gender” and/or “feminism” in their call, from the period 2003 to 2021. After selecting the works by title and abstract, the works were excluded. who did not present the complete works, therefore, we sought to analyze what themes have been researched by researchers in these Work Groups, what is the expressiveness of studies focused on the relationship between education, science, and gender, as well as the insertion of black feminisms in this production. The articles were selected based on thematic

sections that encompass the interrelationship between education, science, and gender. Thus, the results indicated that there are gender inequalities in academic discussion spaces resulting in female underrepresentation in fields such as engineering and physics; a difficulty in using mixed methodologies, with the centrality of the traditional way of producing science, along the androcentric lines; and also a need to introduce debates about the presence of women in different fields of power/knowledge.

Keywords: feminisms, science, education, gender.

INTERSECCIONES ENTRE CIENCIA, GÉNERO Y EDUCACIÓN EN LOS GTS DE LOS CONGRESO BRASILEÑOS DE SOCIOLOGÍA (2003-2021)

RESUMEN: Este artículo investiga las intersecciones entre ciencia, género y educación, analizando cómo las desigualdades de género se manifiestan en los espacios de discusión académica, teniendo como foco central los trabajos presentados en los Congresos Brasileños de Sociología realizados entre 2003 y 2021. La metodología utilizada fue la bibliometría, utilizando como selección la selección de grupos de obras con el descriptor “género” y/o “feminismo” en su convocatoria, del período 2003 a 2021. Luego de seleccionar las obras por título y resumen, las obras fueron excluidas. quienes no presentaron los trabajos completos, por lo tanto, buscamos analizar qué temas han sido investigados por los investigadores de estos Grupos de Trabajo, cuál es la expresividad de los estudios enfocados en la relación entre educación, ciencia y género, así como la inserción de feminismos negros en esta producción. Los artículos fueron seleccionados con base en secciones temáticas que abarcan la interrelación entre educación, ciencia y género. Así, los resultados indicaron que existen desigualdades de género en los espacios de discusión académica resultando en una subrepresentación femenina en campos como ingeniería y física; una dificultad para utilizar metodologías mixtas, con la centralidad de la forma tradicional de producir ciencia, en la línea androcéntrica; y también la necesidad de introducir debates sobre la presencia de las mujeres en diferentes campos de poder/conocimiento.

Palabras clave: feminismos, ciencia, educación, género.

INTRODUÇÃO

A Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) é uma importante instituição na produção e divulgação de conhecimento na Sociologia e nas Ciências Sociais, desde sua fundação em 1937, garantindo, expansão nacional e internacional, em 1950, ao integrar-se à *International Sociological Association* (ISA). Os membros da SBS, para explicar a realidade social, divulgam seus conhecimentos atualmente não apenas por meio de produção científica em periódicos e livros, mas, nos últimos anos com o melhor acesso à internet e uma cultura acadêmica que estimula o uso das redes sociais, têm garantido tanto informações sociológicas, como formação científica em tempo real por meio de notas, *lives* e artigos curtos que trazem a memória de sociólogos/as sobre a sociologia brasileira. Contudo, os locais para debater as transformações sociais e as problemáticas nacionais ainda têm sido presencialmente¹ por meio de congressos, seminários, fóruns etc.

¹ Em 2021 devido à pandemia da covid-19, o Congresso Brasileiro de Sociologia foi realizado de modo virtual, respeitando a situação pandêmica, contudo, no ano de 2023, o congresso foi realizado de modo presencial na cidade de Belém-PA. Para mais informações, ver: < <https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/site/capa>>.

Os primeiros congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia foram realizados em um intervalo de mais de uma década, o primeiro em 1950, o segundo em 1962, e o terceiro apenas em 1987, após o período da ditadura militar. Cada edição do congresso pode ter um tema centrado nas discussões que refletem as preocupações e tendências sociais do momento. Desde 1987, os congressos são realizados a cada dois anos, somando vinte ao todo², sendo um evento que reúne pesquisadores/as acadêmicos/as e estudantes da sociologia e áreas afins para discutir temas relevantes da sociedade contemporânea. Geralmente, o congresso apresenta uma variedade de painéis, mesas-redondas, palestras e grupos de trabalho que abordam diferentes questões sociais, políticas e culturais. Possui como objetivo: 1) fomento à pesquisa, em que há troca de conhecimentos e a divulgação de pesquisas recentes nas diversas áreas da sociologia; 2) debate crítico sobre questões atuais, como desigualdade social, gênero, raça, políticas públicas e direitos humanos; 3) proporcionar *networking*, uma oportunidade para os/as participantes se conectarem com outros/as profissionais da área, trocarem experiências e estabelecerem colaborações futuras. E ainda, 4) atualização acadêmica, quando trazem especialistas renomados para compartilhar suas pesquisas e perspectivas sobre temas emergentes da sociologia.

Considerando a expressividade numérica de temas que dialogam com a Sociologia/Ciências Sociais e que permeiam as discussões da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) focadas especialmente na investigação e discussões acerca das problemáticas sociais, teorias, lutas e movimentos sociais, neste artigo, realizou-se um levantamento dos grupos de trabalhos apresentados nos anais eletrônicos dos congressos realizados entre os anos de 2003 e 2021³, cuja denominação apresentasse os temas “gênero” e/ou “feminismo”, a fim de verificar a produção científica nos grupos de trabalho que envolvem a tríade gênero, ciência e educação. Partindo desta perspectiva, analisaremos dentro desta tríade, trabalhos sobre educação formal, seja em escolas, seja em universidades, interrelacionando com a problemática de gênero; se aborda a produção de conhecimento e trajetória de mulheres na ciência; quais referências têm sido utilizadas nestes estudos e quais metodologias são empregadas na análise dos dados coletados, bem como a linguagem em que os textos foram construídos e quais temas mais aparecem, verificando ainda o que mudou do início da implantação dos congressos.

A metodologia utilizada foi a bibliometria, que compreende uma área da ciência da informação que usa métodos estatísticos e matemáticos para analisar a produção científica e a literatura acadêmica, com a intenção de quantificar e avaliar a produção de conhecimento em diferentes campos, contribuindo para entender como as pesquisas são divulgadas e como o conhecimento circula. Para isso, seguimos alguns critérios, como: a seleção de grupos de trabalhos que tivessem na chamada a palavra “gênero” e/ou “feminismo” do período de 2003 a 2021 e artigos analisados a partir de recortes temáticos que abarcam a interrelação entre educação, ciência e gênero, e que estivessem trabalhos completos e disponíveis nos anais eletrônicos da SBS.

O FAZER CIENTÍFICO POSSUI GÊNERO?

O surgimento da Ciência Moderna Ocidental, especialmente no século XIX, foi marcado por discussões sobre a ideia de neutralidade no campo científico. Segundo Bourdieu (2004), este campo é

²Para mais informações, consultar: Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/a-sociedade/quem-somos/> acesso em: 20 de junho 2024.

³Com exceção dos anais de 2013, pois não encontramos os grupos de trabalhos e artigos submetidos na página do evento.

definido como um universo dotado de leis e regras próprias. O autor descreve o campo científico como “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (2004, p. 20).

As regras estabelecidas nesse contexto determinavam que a produção do conhecimento deveria ser regida pela lógica da racionalidade e objetividade. Contudo, os valores sociais da época atribuíram estas características quase exclusivamente aos homens. Em grande parte, as normas sociais e culturais restringiam o acesso das mulheres à educação e às instituições científicas. Durante séculos, as mulheres enfrentaram barreiras significativas para participarem do campo científico, muitas vezes sendo excluídas de universidades e laboratórios.

Sendo assim, os homens produziram mais ciência historicamente, conforme as condições sociais, culturais e estruturais favoráveis que legitimavam suas participações na esfera pública. No que diz respeito ao acesso à educação, notou-se que as mulheres não tinham as mesmas oportunidades que os homens para estudar e, quanto às normas sociais e culturais, cabiam às mulheres o papel de cuidadora do lar e da família. No que se refere à exclusão institucional, eram compostas apenas por homens, e havia ainda discriminação às condições de trabalho e reconhecimento e valorização. A presença masculina na ciência foi tão comum e aceita que não se questionava. Além disso, a desigualdade de gênero não era considerada um problema que precisava ser discutido dentro da prática científica (Bitencourt, 2013). Ou seja, as contribuições das mulheres para a ciência eram frequentemente ignoradas ou minimizadas, e as barreiras que elas enfrentavam não eram reconhecidas.

Logo, era mais compatível aos homens o fazer científico devido à lógica dicotômica que o pensamento ocidental estabeleceu para classificar em pares opostos, assimétricos e hierárquicos o gênero. Fato que contribuiu para promover a exclusão das mulheres nas atividades científicas durante séculos, baseada na distinção biológica, portanto, “natural”, que atribuía aos homens características compatíveis com o fazer científico. Os atributos de masculinidade eram predominantes no contexto do surgimento da ciência moderna ocidental, refletindo, assim, uma sociedade generificada, isto é, organizada em função do gênero, o que possibilitou criar uma base de conhecimento científico a partir dos moldes androcêntricos.

A noção de neutralidade e objetividade científica passou a ser questionada por várias razões, especialmente a partir da segunda metade do século XX, sobretudo pela epistemologia feminista, que argumenta que a ciência é frequentemente moldada por valores e pressupostos culturais que refletem as experiências dos grupos dominantes, geralmente homens brancos e ocidentais (Decol, 2022). Ademais, enfatizavam a importância da experiência vivida, a incorporação do conceito de interseccionalidade e, também, a produção do conhecimento como um processo social considerando as vozes dos/as sujeitos/as da pesquisa. Beauvoir foi uma das intelectuais precursoras que questionou o paradigma androcêntrico da ciência moderna ao criticar que toda a estrutura social disposta para o fazer científico era mais adequada ao tipo masculino, atentando-se ao fato que homens não engravidavam, portanto, quando seus filhos nascem, não precisarão de tempo para conciliar trabalho produtivo e reprodutivo. Em contrapartida, muitas mulheres, ao tentar conciliar carreira e maternidades, vivenciam conflitos nos usos do tempo, levando em consideração o tempo do mundo do trabalho e o tempo do mundo da vida cotidiana, pois é no mundo da vida cotidiana que o cuidado abrange práticas relacionais e, também, a dimensão afetiva/ emocional, na qual as mulheres são socialmente responsabilizadas na emergência da sociedade capitalista, heteropatriarcal e de supremacia branca (Federici, 2023).

Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (1967a, 1970b), representou uma grande transformação no modo de se pensar nas relações sociais ao questionar o determinismo biológico, lançando as bases para os estudos de gênero (Scavone, 2008). Segundo Beauvoir (1967), o processo de socialização pautado na divisão sexual cria condições para que os meninos sejam educados enquanto sujeitos, aqueles que detêm autonomia, liberdade, curiosidade e criatividade. “Ao contrário, na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu "ser-outro"; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia” (Beauvoir, 1967, p. 22).

E, nessa lógica de construção do masculino enquanto sujeito cognoscente, e do feminino como objeto passivo, estabelece-se uma divisão de espaços que marginaliza as mulheres, relegando-se aos domínios privados, enquanto os homens ocupam os espaços públicos. Esta dinâmica social favorece a formação de uma ciência androcêntrica, onde a representação do mundo é dominada pela perspectiva masculina. Como afirma Beauvoir (1970, p. 183), “A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta”. Dessa forma, há uma visão distorcida em que somente um padrão deve ser aceito, obscurecendo outras realidades e experiências.

As teorias feministas, bem como os movimentos feministas, contribuíram para que a naturalização da desigualdade de gênero, pautada nas diferenças biológicas, fosse aos poucos desconstruída, permitindo a entrada de mulheres em espaços considerados inadequados em virtude do seu gênero. Dessa maneira, atuaram para analisar como as normas culturais e sociais foram construídas ao longo do tempo para justificar a subordinação das mulheres, contestaram a ideia de que as diferenças biológicas entre os gêneros devem determinar os papéis sociais e, através da interseccionalidade, propuseram que há diferentes formas de opressão, quando se considera raça, classe e outros marcadores sociais em conjunto com o gênero. O feminismo trata-se de um movimento político e ao mesmo tempo de produção teórica, e sua essência “consiste em ter problematizado a existência das relações de gênero” (Scavone, 2008, p. 174).

Segundo Londa Schienbinger, “o feminismo trouxe algumas mudanças notáveis à ciência” (2001, p. 19). Com o aumento da entrada de mulheres nas universidades, muitos pressupostos passaram a ser questionados e refutados, principalmente a noção da objetividade nas ciências e a problemática sobre gênero. Os estudos que partem da perspectiva do uso do gênero enquanto categoria de análise histórica (Scott, 1990) visam analisar as problemáticas sociais pelo viés das desigualdades de gênero e desmistificar o discurso da desigualdade pautada nas diferenças biológicas, das capacidades e habilidades inerentes ao sexo masculino e/ou ao sexo feminino. Isso inclui políticas públicas que promovam igualdade no trabalho, na educação e na vida familiar, desafiando a narrativa tradicional que frequentemente ignora, ou minimiza as contribuições das mulheres.

Como afirma Schienbinger (2001, p. 51), “As universidades não foram boas instituições para mulheres. Desde sua fundação no século XII até o final do século XIX e, em alguns casos, até o início do século XX, as mulheres eram excluídas do estudo”. Londa Schienbinger (2001) aponta inúmeras tentativas, tanto por parte de mulheres, como de homens, de promover o acesso das mulheres no campo científico por meio da divulgação dos feitos femininos na ciência ao longo dos anos, buscando comprovar a capacidade intelectual destas. As mulheres foram relegadas, mesmo com a criação da disciplina da história sobre a ciência em 1920 e 1930, uma vez que “Este novo campo, propondo estudar a relação entre ciência e sociedade, não considera o papel das mulheres na ciência” (2001, p. 58).

Apesar da sistemática exclusão das mulheres na esfera pública, especialmente nos espaços de produção de conhecimento, os estudos feministas e os estudos de gênero contribuíram para revisar a história das mulheres na ciência e questionar as desigualdades de gênero neste espaço de poder/saber masculino. Desse modo, estes estudos politizaram a ciência, reivindicando políticas reparadoras que buscassem sanar os prejuízos na carreira que mulheres sofreram devido aos discursos deterministas tanto pautados na biologia, não recomendando a participação das mulheres na ciência simplesmente por ser mulher, portanto, por possuírem uma biologia desfavorável, um corpo que engravida, como o discurso pautado no determinismo cultural, para quem as mulheres eram culturalmente condicionadas a casarem e terem filhos. Além da estrutura social do mercado de trabalho capitalista, que não foi constituída para receber mulheres, por exemplo, porque elas menstruam (Tabak, 2002; Martin, 2006).

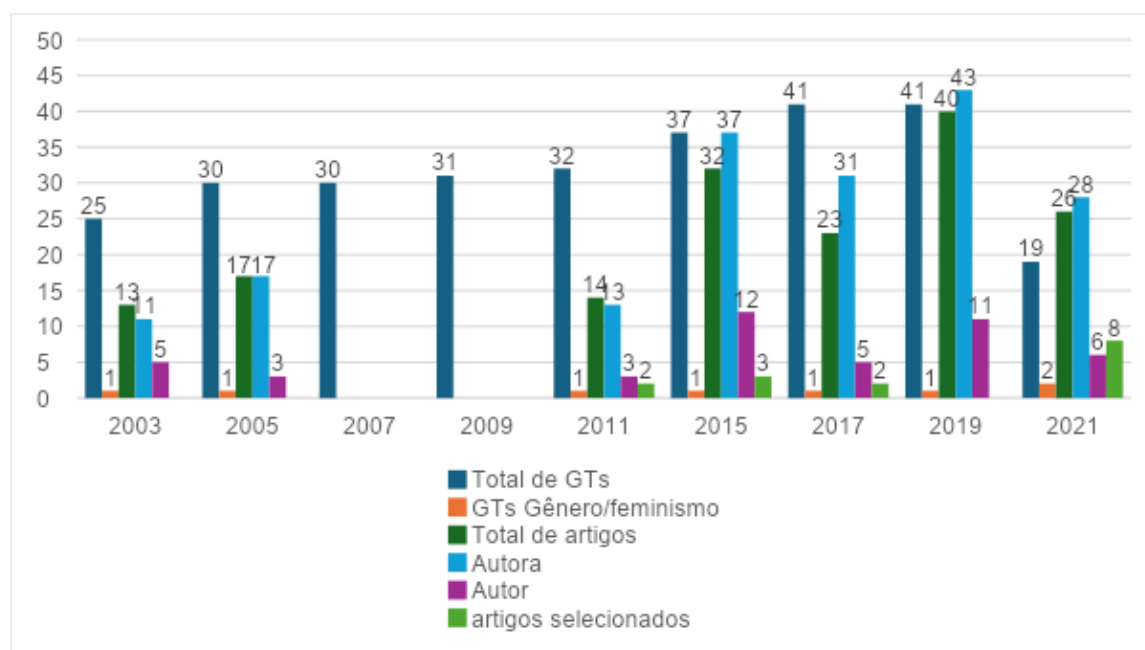
Historicamente, as mulheres foram excluídas de muitas áreas de conhecimento, e suas contribuições, muitas vezes, foram minimizadas ou ignoradas. Esta realidade se estende a todo o campo do saber. O acesso à educação para mulheres tem sido uma questão central na luta pela igualdade de gênero; ao analisarmos os campos da ciência e da tecnologia, observamos que as mulheres estão sub-representadas e têm uma participação menor do que os homens. Estas barreiras estruturais decorrem de estereótipos de gênero e de uma cultura hostil em ambientes acadêmicos. No entanto, muitas mulheres, como Marie Curie e Rosalind Franklin, contribuíram significativamente para o avanço da ciência. Além disso, encontramos importantes vozes femininas nas humanidades e ciências sociais, como as pensadoras Simone de Beauvoir e Hannah Arendt, entre outras.

Diante desse contexto de significativas desigualdades de gênero (Smith, 2003), é fundamental investigar como as produções apresentadas nos grupos de trabalhos sobre gênero da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) têm discutido as intersecções entre gênero, ciência e educação.

DIVULGAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Os congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) são bienais desde 1987. Nosso recorte de análise é de 2003 a 2021, contudo, destacamos que a ausência de dados referente a 2007 e 2009 se deve ao fato de que não houve nenhum GT com a temática “gênero” e/ou “feminismo” nestes anais. Com relação a 2013, não foi possível localizar os dados referentes aos grupos de trabalhos, bem como seus respectivos *papers*. A tabela a seguir apresenta, de modo sistemático, os dados que irão subsidiar nossas análises posteriormente, que são, nessa ordem: a) quantidade total de grupos de trabalhos; b) GTs sobre gênero e/ou feminismo; c) total de artigos por GT sobre gênero e/ou feminismo; d) autora; e) autor, e f) artigos selecionados (trabalhos completos dentro da temática estabelecida).

Gráfico 1 – Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)



Fonte: elaborado pelas autoras

A partir do gráfico acima, podemos observar que não há grupos de trabalhos com o tema gênero e/ou feminismo nos anos de 2007 e 2009, portanto, não houve trabalhos selecionados para análise; com exceção de 2021, em todos os outros anos, apenas um GT foi destinado ao tema gênero e/ou feminismo. A partir da leitura dos resumos submetidos nos GTs sobre gênero/feminismo na edição de 2003 e 2005, não encontramos nenhum trabalho abordando de modo interrelacionado a tríade gênero, ciência e educação nos trabalhos apresentados nestes anais.

Ao todo, foram submetidos 165 artigos nos grupos de trabalhos sobre as intersecções entre ciência, gênero e educação. A autoria dos trabalhos é majoritariamente feminina, de 225 autores/as que escreveram sozinhos/as ou como coautores/as; 80% são autoras (180), e 20% são autores (45). Dos 165 *papers* publicados nos GTs sobre gênero, apenas 14 *papers* com submissão de trabalhos completos foram selecionados dentro da nossa temática gênero/ciência/educação, conforme tabela abaixo.

Ano	GTs	Título	Autores/as	Instituição/ região dos/as autores/as
2011	GT16 Novas Sociologias: pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e queer	O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil	Patrícia Mattos	UFSJ (MG/Sudeste)

2015	GT12: Gênero, Feminismo e Transformações Sociais	“Pensar e agir”: Uma conversa sobre conhecimento e transmissão intergeracional no feminismo brasileiro	Eliane Gonçalves	UFG (GO/Centro-Oeste)
2015	GT12: Gênero, Feminismo e Transformações Sociais	Temporalidades e gênero no trabalho acadêmico	Mauro Meirelles, Marie Jane Soares Carvalho e Valdir Pedde	Unisalle (RS/sul) UFRS (RS/Sul) Universidade Feevale (RS/Sul)
2015	GT12: Gênero, Feminismo e Transformações Sociais	Feminização da graduação em Medicina: interferências regionais em instituições públicas e privadas.	Luzinete Simões Minella	UFSC (SC/Sul)
2017	GT37 Violência, corpo e sexualidade: estudos feministas de gênero e/ou raça	As relações de gênero no espaço da Educação Física escolar no município de Pio XI - MA	Rarielle Rodrigues Lima	UFMA (MA/Nordeste)
2017	GT37 Violência, corpo e sexualidade: estudos feministas de gênero e/ou raça	Violência sexual na Universidade Federal de Viçosa: “Boa noite Cinderela acadêmico”	Rogéria Martins, Paula Costa Paulo Fraga, Ana	UFV (MG/Sudeste) UFJF (MG/Sudeste)
2021	GT08 - Gênero, feminismos e capitalismo	Opressão de gênero na ciência: Conexões entre capitalismo, injustiça epistêmica e injustiça social-material	Jocieli Decol,	UFSC (SC/Sul)
2021	CP 15- Gênero e Sexualidade	Gênero no Ensino de Sociologia: os depoimentos de estudantes de uma escola integral na cidade de Caruaru-PE	Monica Maria Almeida	EREM Arnaldo Assunção (PE/Nordeste)
2021	CP 15- Gênero e Sexualidade	Uma Metodologia de Pesquisa Feminista é possível? Um levantamento bibliométrico das metodologias utilizadas em periódicos dos Estudos de Gênero.	Mariana Selister Gomes	UFSM (RS/Sul)
2021	CP 15- Gênero e Sexualidade	Ciências naturais, corpo natural?	Iaci da Costa Jara	Unicamp (SP/Sudeste)
2021	CP 15- Gênero e Sexualidade	Você acredita nisso? notas sobre a dinâmica das relações de poder e o assédio sexual na universidade.	Rebeca Hennemann Vergara de Souza; Maria Paula França da Silva.	UESPI (PI/Nordeste) UFRN (RN/Nordeste)
2021	GT 19 - Teoria, Gênero e Conhecimento	A imbricação das relações sociais na teoria sociológica	Vera Simone Schaefer Kalsing	UFLA (MG/Sudeste)

2021	GT 19 - Teoria, Gênero e Conhecimento	A teoria do valor em uma mirada feminista e decolonial	Tabata Berg	UFV (MG/Sudeste)
2021	GT 19 - Teoria, Gênero e Conhecimento	Um texto só se escreve em primeira pessoa: reflexões acerca do fazer feminista na ciência	Marinete dos Santos Silva; Mariana Marujo Velloso.	UENF (RJ/Sudeste) UENF (RJ/Sudeste)

Tabela 1: artigos selecionados (elaboração das autoras).

AS PRINCIPAIS DISCUSSÕES ENCONTRADAS

Os primeiros trabalhos sobre o eixo ciência, educação e gênero situam-se no ano de 2011, em que foram apresentados 14 *papers*, e selecionamos um trabalho. Em 2015, foram 32 *papers*, destes, selecionamos três trabalhos. As produções apresentadas na edição de 2011 e 2015 têm em comum um debate centrado no discurso mais pluralista do feminismo, envolvendo perspectivas decoloniais e interseccionais, além de utilizar tais perspectivas para analisar o problema da desigualdade social, partindo principalmente, da perspectiva de gênero e educação.

No trabalho que selecionamos de 2011, a autora Patrícia Mattos utiliza o conceito de interseccionalidade formulado pelas autoras alemãs Nina Degele e Gabriele Winker, a partir de uma reavaliação do conceito de *habitus* de Bourdieu (1972, 2008, 2009). Segundo estas autoras, o conceito de *habitus* é fundamental por proporcionar uma abertura para um novo modo de compreender a sociedade ao relacionar agência e estrutura, contudo, associar apenas estes fatores não é o suficiente para compreender as desigualdades sociais. O foco deste *paper* é a sistematização de métodos para uma pesquisa de abordagem interseccional, que surge da constatação de que há um “déficit teórico central”, uma vez que as pesquisas de abordagem interseccional tendem, frequentemente, a restringir suas análises com base em apenas uma ou duas categorias de diferenciação (Klinger/Knapp 2005; Winker e Degele 2007 e 2009, *apud* Mattos, 2011, p. 4).

Mattos (2011) ressalta dois problemas principais com relação a essa abordagem interseccional restritiva. Primeiro, há uma sobreposição das categorias de diferenciação, de modo a dificultar a avaliação correta do que é causa e do que é efeito das desigualdades sociais e, segundo, como definir que são estas as categorias de diferenciação escolhidas para análise, sendo as responsáveis pela desigualdade social.

Patrícia Mattos (2011, p. 20) utiliza ainda o conceito de violência simbólica de Bourdieu (1999) para demonstrar a necessidade de considerar uma multiplicidade de categorias de diferenciação em uma análise, pois cada categoria tem suas próprias variações e interconexões latentes. Ao estudar gênero, a autora revela que há violência simbólica na forma como as mulheres são representadas ideologicamente, o que reflete no mercado de trabalho, salário, carreira profissional, hierarquias sociais, portanto, na sua classe social. Neste sentido, o *paper* de Eliane Gonçalves (2015), a partir de uma análise sobre transmissão intergeracional no feminismo brasileiro, constata que as teorias feministas atuais têm questionado as convicções do feminismo clássico, “noções estas comprometidas com uma visão etnocêntrica e masculina e na qual as mulheres são tomadas como “o outro”.” (Dietz, 2003, *apud* Gonçalves, 2015, p. 14), além de incorporar uma abordagem interseccional nas pesquisas.

Gonçalves (2015) analisa o movimento feminista no Brasil visando compreender as principais transformações, permanências e estratégias de transmissão do feminismo entre gerações, isto

é, o que se tem feito para que o feminismo no Brasil prospere, ou mesmo sobreviva. A autora afirma que o principal meio de transmissão geracional, propagação, inovação e resistência para o movimento feminista é a universidade. Através das conquistas de lugares altamente resistentes, nos currículos e nas ementas, a presença em diversos cursos, formando cientistas que seguem o legado dos movimentos feministas, o amplia, trazendo novas problemáticas. Mas, como consequência, perdeu o contato com as suas bases, oriundas dos movimentos sociais e ações coletivas. A autora argumenta a centralidade e a importância das instituições educacionais para o movimento feminista, mas ressalta que não deve ficar restrito às universidades.

No que se refere ao *paper* de Mauro Meirelles, Marie Carvalho e Valdir Pedde (2015), trata-se da temporalidade com relação às atividades acadêmicas e questiona se há uma “lógica discricionária de gênero” (2015, p. 4). O trabalho discorre sobre a globalização e a necessidade do aumento da produção acadêmica, uma vez que os/as pesquisadores/as são avaliados/as periodicamente pelo sistema Qualis da Capes e são classificados/as de acordo com sua produtividade, recaindo uma forte pressão por produção sobre eles/as.

Considerando o aumento da pressão por quantidade de produções, o trabalho visa analisar o uso do tempo discricionário por parte destes/as acadêmicos/as, indicando que a discricionariedade perpassa, entre outras coisas, pelas relações de gênero, e como estas estruturam todos os aspectos da vida. O trabalho constata que estas relações de gênero se constituem a partir de um processo que tem como consequência a limitação das capacidades intelectuais das mulheres, pois elas dedicam menos tempo às atividades acadêmicas do que os homens. Na base desses processos está o uso diferenciado do tempo, em que atividades como cuidado doméstico e dos filhos recaem principalmente sobre as mulheres. O tempo livre é maior para os homens por se envolverem menos com as tarefas domésticas, contudo, mesmo contando com o apoio de empregada doméstica e diaristas, as mulheres ainda têm um tempo discricionário menor.

A pesquisa realizada por Meirelles Carvalho e Pedde (2015) aponta que o trabalho doméstico é o que mais impacta no uso do tempo das mulheres, já que o tempo semanal gasto por elas é de 21h 28, enquanto o tempo gasto pelos homens é de 8h (2015, p. 16). Considerando esta diferença expressiva, os/as autores/as utilizam este dado como hipótese para justificar o menor tempo gasto pelas mulheres nas atividades acadêmicas. O objetivo central deste *paper* é demonstrar que existe o fator “gênero” na diferenciação do uso do tempo discricionário e na produção acadêmica. Todavia, não desenvolve sobre como as relações de gêneros são constituídas socialmente, e todo o embasamento acerca das relações de gênero são fundamentadas a partir de Amartya Sen (2000) e Pierre Bourdieu e (2005).

Mínella (2015) argumenta sobre a crescente participação das mulheres nas carreiras acadêmicas, marcadamente na área da medicina. Segundo a autora, o ingresso das mulheres no ensino superior brasileiro data do século XIX, mas somente no final do século XX houve o processo de feminização, presente nas escolhas e exercício das atividades profissionais. Uma das justificativas mencionadas foi a implantação de políticas educacionais no período do governo Vargas, favorecendo a inserção profissional das mulheres na academia e na produção do conhecimento, e a crescente escolarização das mulheres, indicando a repercussão na institucionalização do conhecimento científico. Em vista disso, o ingresso das mulheres no século XX não era em carreiras científicas e tecnológicas. Por exemplo, no caso da medicina, ocorreu, a partir dos anos 70.

Observando o censo demográfico do IBGE de 1970 a 2000, as mulheres representavam a maioria dos estudantes formandos nos cursos de graduação e pós-graduação. Em voga, são tributárias as

conquistas dos movimentos feministas, acarretando uma maior igualdade de gênero. Além disso, outros fatores podem ser citados, como o aumento da expectativa de vida das mulheres; a queda do número de filhos, e um expressivo aumento do número de matrículas escolares de meninas em todos os níveis educacionais a partir de 1970 (Minella, 2015). Ao estudar o perfil dos/as estudantes de graduação em medicina no Nordeste e no Sul do país de rede pública e privada, Minella escolheu como instituição pública a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre os anos de 2012 e 2014, e as instituições privadas escolhidas foram a Universidade do Vale do Itajaí Joinville (UNIVALI) em Santa Catarina, e a Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) e a Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), as duas da Bahia.

Nesse estudo, Minella aponta para possíveis discrepâncias entre as instituições públicas e privadas, como a escassez das informações, havendo a necessidade de trabalhar com os segmentos distintos da população estudantil. Seguindo os resultados, o perfil dos/as estudantes da rede pública e privada se caracterizou pela expansão da participação das mulheres e presença de jovens entre 17 e 25 anos. No que se refere ao perfil socioeconômico nas instituições públicas, foi verificada uma renda familiar entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00, e faixas de renda mais altas predominaram na rede privada baiana, ultrapassando a R\$ 10.000,00.

Em nota, o aumento da presença feminina na medicina reflete uma mudança cultural e social em relação à profissão, e vários fatores têm contribuído para esta feminização, como: mudanças sociais, uma vez que a conscientização sobre os direitos das mulheres tem incentivado mais jovens a buscarem carreiras em áreas antes dominadas pelos homens, ou a atração pela profissão, pois traz um impacto positivo na sociedade. Muito embora o aumento no número de mulheres na graduação em medicina, elas ainda enfrentam desafios inerentes às desigualdades no mercado de trabalho por questões salariais e posições de lideranças, e ainda o dilema de conciliar carreira com responsabilidades familiares.

Gomes (2021) destaca em seu estudo que, apesar do avanço da teoria feminista que questionou a ciência androcêntrica, eurocêntrica e heteropatriarcal, ainda não conseguimos utilizar metodologias mistas e seguimos a velha forma tradicional de produzir ciência, onde não apenas o contexto, mas as subjetividades de pesquisados podem ser esquecidas como aborda a proposta metodológica de Silva e Veloso (2021), que traz para o debate a fala dos/as oprimidos/as e a necessidade das pesquisas feministas não objetivarem os corpos dos/as oprimidos/as.

Portanto, seguindo a mesma linha de raciocínio, para pensar na reprodução das diferenças de gênero em desigualdades que fazem a diferença, na hora de decidir pela carreira científica, o estudo de Jara (2021) mostra as diferenças de gênero que foram reproduzidas historicamente a partir de uma dicotomia masculino e feminino na história dos corpos a partir do século XVIII. Tendo como base os estudos de Laqueur (2001), a autora mostra que, quando a diferença surgiu nos corpos, foi o órgão sexual feminino que foi visto como inferior, sendo que esta inferioridade, pautada por meio de discursos médicos, irá legitimar muitas exclusões para as mulheres que as reduziram como corpos passivos e destinados à procriação, à maternidade e ao trabalho de cuidado.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

É destaque o aumento da frequência de publicações nos últimos anos analisados. Em 2011, consta somente um; em 2015, um aumento para quatro publicações, e em 2017, ocorreu um decréscimo,

tendo um significativo avanço em 2021, com oito artigos. Ficou evidente que a maioria dos trabalhos foi escrita por mulheres, colaborando para a ideia de que se trata de um campo de investigação apropriado ou relegado ao universo feminino, tendo apenas cinco das produções validadas pelo sexo masculino. Dentro das divisões por regionalidade, observamos uma maior produção científica no Sul e Sudeste do país, corroborando para a prerrogativa de centralidade do saber/poder intelectual.

Entre os anos de 2017, 2019 e 2021, em termos gerais, podemos perceber uma ampla produção de artigos pelos anais eletrônicos dos congressos brasileiros de Sociologia no que toca a questão de gênero. Nestes anos, foram publicados 115 *papers* nos grupos de trabalhos vinculados a pesquisadoras/es dos estudos de gênero e feministas. Considerando que o ano que mais publicou *papers* foi 2021, com 52 publicados nos dois grupos de trabalhos oferecidos sobre a temática vinculada aos estudos de gênero e feministas, além do comitê de pesquisa intitulado “gênero e sexualidade”, este que já tinha sido grupo de trabalho em congressos da SBS, entrando em vigor em 2021 como comitê de pesquisa, esta atuação apresentava-se como mais ampla para a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) ao responder a pautas de gênero em nome da sociedade. Em 2017, foram publicados 23 *papers*, e, em 2019, 40 trabalhos. Classificamos os dez trabalhos sobre o tema proposto neste artigo seguindo as temáticas: universidade e violência sexual (Martins; Fraga, 2017, Souza; Silva, 2021); Ensino Médio e Gênero (Almeida, 2021, Lima, 2017), e Rupturas epistêmicas, teóricas e metodológicas por meio do pensamento feminista na ciência (Berg, 2021, Decol, 2021, Gomes, 2021, Kalsing, 2021, Silva; Velosso, 2021, Jara, 2021).

Nos textos selecionados, podemos perceber a prevalência da historiadora americana pós-estruturalista Joan Scott (1995) como quadro de referência sobre gênero para as autoras dos congressos de 2017, 2019 e 2021. Dos dez artigos selecionados, cinco citam Scott (1995) para se referirem ao conceito de gênero enquanto categoria de análise histórica. Assim como autores como Michel Foucault (quatro) e Pierre Bourdieu (três) aparecerem como os segundos autores mais utilizados pelas autoras por meio dos conceitos de poder em Foucault e habitus em Bourdieu. A autora Guacira Lopes Louro (2000; 2007) é citada quando o assunto é educação escolar e gênero; já Simone Beauvoir aparece em três textos, considerando o ser mulher enquanto uma construção cultural. O referencial teórico que prevalece são os estudos feministas produzidos na França e Estados Unidos. Contudo, Sueli Carneiro (dois) é citada para falar de colonialidade, e Angela Davis (dois), para referenciar gênero, raça e classe. O referencial que sai um pouco do padrão conceitual de Scott aparece em textos pautados em pensar no gênero, na classe e, conseqüentemente, no sistema capitalista patriarcal, como os artigos de Berg (2021); Decol (2021); Kalsin (2021), e Gomes (2021), que apresentam a discussão crítica sobre as estruturas difíceis de romper por estarem pautadas em uma ordem de gênero patriarcal, capitalista, sexista e de supremacia branca.

Nesse sentido, estudos que exploram contextos situados em escolas e universidades podem trazer elementos importantes, como temáticas pautadas na introdução dos estudos de gênero e sexualidade na escola, que ainda precisam ser mais bem introduzidas nas formações de professores/as, como destacou os trabalhos de Almeida (2021) e Lima (2021). Assim como as situações que envolvem violência sexual nas universidades precisam ser não apenas publicizadas, mas terem políticas públicas nestas instituições que acolham mulheres alunas e professoras que passam por situações tão constrangedoras e violências com professores e colegas, como salientou em seu trabalho Souza e Silva (2021).

Considerando que muitas alunas que passam por situações de violências na universidade podem, além de sofrer traumas, abandonar os estudos por viverem em um contexto de insegurança,

gerador de medos, ansiedades e desistência, por este assunto muitas vezes ser tratado como não pertencente ao debate destas instituições, sendo a violência sexual muito mais analisada em instituições como mercado de trabalho e política, as mulheres que adentram na universidade estão expostas a testes que colocam à prova seu intelectivo e expressam, em sua presença, o sistema de patriarcado pautado na dominação masculina, uma vez que a educação formal foi destinada a homens brancos das elites. Logo, a escola e, especialmente, a universidade ainda apresentam uma omissão para alguns debates que buscam falar da presença de mulheres e outros corpos excluídos socialmente a partir do debate de gênero, como destacaram os *papers* de Almeida (2021), Lima (2017), e Souza e Silva (2021).

Sobre as resistências, o texto de Souza e Silva (2021), na introdução, traz a ação de coletivos feministas para dizer não à violência na universidade, assim como dar possibilidades para mulheres estudarem, se formarem e entrarem no mercado de trabalho científico. O gênero aparece de forma dicotômica e como monocategoria de análise, mas pouco se fala das questões regionais, raciais e de classe social que limitam mulheres e grupos socialmente excluídos a terem acesso à educação a fim de almejem a construção de uma carreira na ciência.

Os *papers* aqui analisados contribuem para confirmar as desigualdades de gênero no campo científico. Desse modo, abordar o gênero como uma categoria de diferenciação é importante, mas, necessariamente, precisa levar em conta outras categorias. Ao verificar apenas as categorias gênero/classe como causadoras de desigualdade social, por exemplo, admite-se o conceito de gênero como universal, invisibilizando a multiplicidade de mulheres, além de excluir fatores como raça, etnia e idade. Para Mattos (2011), os estudos interseccionais e pós-coloniais reavaliam algumas categorias arbitrárias, permitindo “desvelar a violência simbólica que legitima e justifica a dominação social em suas diversas manifestações cotidianas” (2011, p. 22).

Em suma, os trabalhos não apresentam contextos situados sobre o fazer pesquisa hoje no Brasil, interrelacionando com problemáticas contemporâneas que visam dessacralizar a ciência e o cientista, como mercado de trabalho científico, maternidade e produtividade, saúde mental dos/as pesquisadores/as, autocuidado, usos do tempo, fazer ciência no centro e periferia etc. Assim como reflexões que usem como referencial teórico os estudos feministas negro e decolonial, sendo estes inexpressivos, analisando o quadro referencial dos textos apresentados, pois esta transição dos estudos de gênero e feministas pautados na perspectiva eurocêntrica e colonial ainda se sobressai na perspectiva dos estudos apresentados em detrimento do feminismo negro e decolonial. Ademais, considerando que a atual política de produtividade e o valor das produções para o currículo dos pesquisadores trabalhos em anais de congresso contam pouco pontos, podemos levantar a seguinte hipótese: autores/as que vivem esta pressão por produtividade na pós-graduação decidem apenas enviar o resumo para mais tarde enviar o trabalho para um periódico que valerá mais pontos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo consistiu em fazer uma revisão de bibliometria a respeito do que foi produzido nos grupos de trabalho sobre ciência, gênero e educação nos congressos brasileiros de Sociologia entre 2003 e 2021, revelando um avanço significativo na discussão e na visibilidade das questões de gênero no campo acadêmico. A equipe responsável por esta pesquisa, após o desenho do

protocolo, a iniciação por buscas em artigos e a importação deles para a plataforma organizadora das referências, identificou que houve limitações acerca das escolhas das produções, pois os eventos iniciais não constam no endereço eletrônico do congresso. As principais conclusões que chegamos podem ser resumidas da seguinte forma: primeiramente, os grupos de trabalhos nesta área têm sido fundamentais para promover o debate crítico sobre as desigualdades de gênero, contribuindo para a construção de um ambiente mais inclusivo e representativo nas ciências sociais. Através da troca de experiências e da colaboração entre pesquisadores/as, é possível identificar não apenas os desafios enfrentados, mas também as estratégias eficazes para a promoção da equidade de gênero na educação.

O debate crítico sobre as desigualdades de gênero é essencial para entender como as estruturas sociais, culturais e econômicas perpetuam a discriminação e a exclusão de mulheres e minorias de gênero. Este debate abrange questões como a disparidade salarial, a representação política, os direitos reprodutivos e a violência de gênero, destacando como estas desigualdades não são meras questões individuais, mas, sim, reflexos de um sistema patriarcal enraizado que limita oportunidades e direitos. Além disso, promove uma análise das intersecções de gênero com raça, classe e sexualidade, revelando que as experiências de opressão são multifacetadas e exigem uma abordagem inclusiva e interseccional para que se possa construir uma sociedade mais justa e equitativa. A partir desta reflexão crítica, busca-se não apenas conscientizar, mas também mobilizar ações concretas que promovam a igualdade de gênero em todos os níveis da sociedade.

Secundariamente, a presença crescente desses grupos nos congressos indica uma conscientização mais ampla sobre a importância do gênero como uma categoria analítica nas pesquisas sociais. Esta expansão é essencial para que novas gerações de acadêmicos/as possam abordar as questões de gênero com profundidade e complexidade, promovendo uma mudança efetiva nas estruturas sociais e educacionais. A importância de trabalhar gênero como categoria analítica na sociologia reside na sua capacidade de revelar as complexas interações entre estruturas sociais, identidades e práticas culturais. Ao abordar gênero como um elemento central nas análises sociológicas, os pesquisadores podem investigar como as normas e expectativas de gênero influenciam o comportamento humano, as relações interpessoais e as instituições sociais. Esta perspectiva permite compreender não apenas as desigualdades entre homens e mulheres, mas também como estas se entrelaçam com outras dimensões, como raça, classe e orientação sexual. Além disso, trabalhar gênero como categoria analítica contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, promovendo uma visão mais crítica e inclusiva da sociedade. Esta abordagem é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas sociais que visem a equidade de gênero e a justiça social.

E, por último, a proposta desta revisão, além de esclarecer os critérios de exclusão de textos na composição do referencial teórico, torna-se fundamental para a comunidade acadêmica porque serve como um veículo de disseminação de conhecimento, promovendo o avanço das pesquisas e o diálogo entre diferentes áreas do saber. Ao apresentar novas ideias, metodologias ou resultados de estudos, o texto contribuiu para a construção coletiva do conhecimento, permitindo que acadêmicos/as e estudantes reflitam criticamente sobre suas próprias práticas e teorias. Acreditamos que textos fundamentados e rigorosos podem inspirar novas investigações, fomentar debates relevantes e servir como referência para futuras pesquisas. Esta troca de saberes é essencial para o fortalecimento da academia, pois enriquece a formação dos indivíduos e potencializa a produção científica, impactando diretamente a sociedade ao gerar soluções para problemas contemporâneos. Portanto, é crucial que estes diálogos continuem a ser

fomentados, não apenas nos espaços acadêmicos, mas também nas políticas públicas e no cotidiano das instituições educativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Monica Maria. Gênero no Ensino de Sociologia: os depoimentos de estudantes de uma escola integral na cidade de Caruaru-PE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20, Anais. Belém, SBS, 2021.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, S. *O segundo Sexo: Fatos e Mitos*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BERG, Tabata. A teoria do valor em uma mirada feminista e decolonial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20, Anais. Belém, SBS, 2021.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Livros. Edição do Kindle.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça, classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DECOL, JOCIELI. Opressão de gênero na ciência: Conexões entre capitalismo, injustiça epistêmica e injustiça social-material. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20, Anais, Belém, SBS, 2021.

FEDERICI, Silvia. *Além da pele: Repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Elefante, 2023.

GOMES, Mariana Selister. Uma Metodologia de Pesquisa Feminista é possível? Um levantamento bibliométrico das metodologias utilizadas em periódicos dos Estudos de Gênero. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20, Anais, Belém, SBS, 2021.

GONÇALVES, Eliane. “Pensar e agir”: Uma conversa sobre conhecimento e transmissão intergeracional no feminismo brasileiro. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17, Anais, Porto Alegre, SBS, 2015.

JARA, Iaci da Costa. Ciências naturais, corpo natural? CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20, Anais, Belém, SBS, 2021.

KALSING, Vera Simone Schaefer. A imbricação das relações sociais na teoria sociológica. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20, Anais, Belém, SBS, 2021.

LAQUEUR, Thomas W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LIMA, Rarielle Rodrigues. As relações de gênero no espaço da Educação Física escolar no município de Pio XII – MA. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18, Anais, Brasília, SBS, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-3.

MARTIN, Emily. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MARTINS, Rogéria; FRAGA, Paulo; COSTA, Ana Paula. Violência sexual na Universidade Federal de Viçosa: “Boa noite Cinderela acadêmico”. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18, Anais, Brasília, SBS, 2017.

MATTOS, Patrícia. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15, Anais, Curitiba, SBS, 2011.

MEIRELLES, Mauro; CARVALHO, Marie Jane Soares; PEDDE, Valdir. Temporalidades e gênero no trabalho acadêmico. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17, Anais, Porto Alegre, SBS, 2015.

MINELLA, Luzinete Simões. Feminização da graduação em Medicina: interferências regionais em instituições públicas e privadas. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17, Anais, Porto Alegre, SBS, 2015.

SCAVONE Lucila. *Estudos de Gênero: uma sociologia feminista?* Rev. Estud. Fem. vol. 16, n.1, jan/abril2008.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Ed. S.O.S Corpo, Recife, 1995.

SILVA, Marinete dos Santos; VELLOSO, Mariana Marujo. Um texto só se escreve em primeira pessoa: reflexões acerca do fazer feminista na ciência. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20, Anais, Belém, SBS, 2021.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história: homens mulheres e a prática histórica*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SOUZA, Rebeca Hennemann Vergara de; SILVA, Maria Paula França da. Você acredita nisso? notas sobre a dinâmica das relações de poder e o assédio sexual na universidade. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20, Anais, Belém, SBS, 2021.

TABAK, Fanny. *O Laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: As autoras Edina Da Silva Ferreira, Silvana Maria Bitencourt e Lusiene Araújo Da Conceição contribuíram em todas as etapas da pesquisa incluindo análise formal, conceituação, curadoria de dados, investigação, metodologia, recursos, supervisão, validação, revisão bibliográfica, coleta de dados, análise, resultados, considerações finais e escrita do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.